

COMPRINHAS ON-LINE

Varejo quer taxa maior que 20%

A alíquota sobre importações de até U\$ 50 foi aprovada na Câmara, mas ainda precisa de apreciação no Senado

» ÁNDREA MALCHER
» RAFAELA GONÇALVES

Entidades do setor produtivo se mostraram insatisfeitas com a aprovação, pela Câmara, da alíquota de 20% no Imposto de Importação nas compras internacionais. A medida foi vista como insuficiente para equilibrar a concorrência entre produtos brasileiros e importados. Em nota conjunta,

a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) afirmaram que o novo imposto é um “passo tímido”.

“Não se pode garantir a preservação dos empregos. Os empregos vão sofrer, porque a indústria brasileira, comércio e agronegócio não têm condições

equilibradas de tributação para competir com o produto importado, que entrará subsidiado no país”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban, que ainda reforça que seguirá discutindo o tema.

O Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), afirmou que o texto aprovado é um importante avanço no debate, mas que a igualdade completa ainda é uma luta que permanece para

o setor produtivo nacional. “Além de permanecer a luta pela igualdade completa, há outros temas que o Brasil e suas autoridades têm de tratar e resolver, com urgência. Uma delas é a questão regulatória e de conformidade. Trata-se de isonomia regulatória, já que o varejo e a indústria nacionais têm os seus produtos fiscalizados e cumprem rigorosamente as normas de conformidade”, destacou em nota.

Com 90% das vendas nacionais, a Shopee apoia a alíquota de 20%. “Nosso foco é o local. Queremos desenvolver cada vez mais o empreendedorismo brasileiro e o ecossistema de e-commerce no país e acreditamos que a iniciativa trará muitos benefícios para o marketplace”, informou.

A Shein, por sua vez, definiu a decisão como um retrocesso ao regime tributário. “Uma vez que

ele nunca teve função arrecadatória, a decisão de taxar remessas internacionais não é a resposta adequada por impactar diretamente a população brasileira”, disse a varejista chinesa.

A empresa alega que a carga tributária que recairá sobre o consumidor final, passará a ser de 44,5%, o que com a isenção se mantinha em torno de 20,82% devido à cobrança do ICMS, no valor de 17%.

Receita pode ser de R\$ 2,5 bi

Com base em dados da Receita Federal, a aplicação de uma alíquota de 20% sobre essas remessas deve render uma arrecadação de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões ao ano, de acordo com os cálculos da Warren Investimentos. “A nosso ver, as receitas públicas serão impactadas, podendo o efeito fiscal ser relevante”, comentou o economista-chefe, Felipe Salto.

“Para o ano de 2024, como a medida ainda não foi aprovada, consideramos que a arrecadação será impactada a partir de julho, com a entrada no presente exercício de R\$ 1,3 bilhões. Já para 2025, dadas as projeções de crescimento do PIB nominal, a arrecadação poderia chegar a R\$ 2,7 bilhões”, calculou Salto.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no entanto, tem afirmado que o debate não se dá pelo aumento da arrecadação, mas pela necessidade de trazer isonomia entre as indústrias nacional e estrangeira.

Votação

A definição da nova alíquota do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 deve ser concluída na próxima sessão do Senado. Inicialmente previsto para ser votado no plenário ontem, o dispositivo, inserido no projeto que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), acabou ficando de fora da pauta. A análise do texto deverá ocorrer na próxima terça-feira. O senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL) foi indicado como relator da matéria na Casa Alta.

Atualmente, as compras de valor abaixo dos US\$ 50 não pagam o imposto. Para importações acima disso, a tributação é de 60%. Esse era, inicialmente, o percentual pleiteado pela indústria nacional. Mas a alíquota acabaria elevando demais o preço dos produtos para o consumidor, o que se tornaria uma medida extremamente impopular. Aliás, havia muita divergência entre parlamentares, tanto governistas quanto da oposição,

quanto à taxação.

Após acordo entre os deputados e o governo, a Câmara definiu a alíquota extra de 20% para as compras, que atualmente contam apenas com a cobrança de 17% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados.

Havia a pressa para que a matéria tramitasse rapidamente essa semana, pois a medida provisória que inicialmente tratava do Mover perde a validade amanhã.

Interlocutores do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantem, no entanto, que a espera pouco irá interferir, por serem poucos dias. A justificativa seria que a quantidade de jabutis inseridos acabou implicando em mais tempo para a análise. “Vou submeter aos líderes, logo no começo da semana. Vamos fazer uma ponderação de avaliação se é possível levar direto ao Plenário”, disse Pacheco.

“Na próxima semana, conseguiremos ter como prioridade essa pauta do Mover, que é um programa de mobilidade importante. Nós temos plena ciência disso, mas, de fato, como chegou hoje ao Senado Federal era muito difícil votar ainda hoje”, emendou.

A tributação pode começar a ser cobrada em breve. Isso porque o Imposto de Importação não é um tributo novo, logo, está livre da incidência da chamada anterioridade geral, quando o ente é vedado de cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei, e também da noventena, que exige o prazo de 90 dias para a cobrança de um novo imposto.

O líder Jaques Wagner (PT-BA), em conversa com jornalistas, garantiu que a base estava preparada para votar a matéria e reforçou a justificativa de Pacheco. “O presidente resolveu. O enrosco é que (o PL) chega em cima de hora. Ele teve a garantia, no PL mesmo, que essa lacuna (da MP perder a validade) de dias pode ser resolvida

(Colaborou Raphael Pati)

SERVIÇO PÚBLICO

Vai a sanção aumento em salário de alguns servidores

» ÁNDREA MALCHER

O plenário do Senado aprovou, ontem, o projeto de lei (PL) que prevê a reestruturação de diversas carreiras e reajuste dos salários no funcionalismo público. A matéria segue para sanção presidencial. Relatado pelo líder governista, Jaques Wagner (PT-BA), a matéria não foi alterada e foi analisada apenas pelo plenário, sem passar por comissão temática no Senado.

Instituída por uma medida provisória em dezembro de 2023, a recomposição salarial tratava somente das carreiras da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Além disso, a MP previa o reajuste às carreiras de tecnologia da informação (TI) e de analistas de políticas sociais. Na Câmara, o relator Delegado Marcelo Freitas (União-MG) inseriu as carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária

Federal (PRF) e da Polícia Penal, com aumento nos salários até 2026. O policial penal foi o que teve o maior reajuste, chegando até 77,15% no fim da carreira, R\$ 20 mil em 2026, e receberá em forma de subsídio, isto é, os valores não serão adicionados à remuneração. O delegados da PF tiveram reajuste de 27,48%, e vão ganhar mais de R\$ 41 mil em 2026.

Outras categorias que foram contempladas na medida são os servidores da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) do Ministério da Integração e o da escola-superior da Advocacia-Geral da União (AGU).

“Os ajustes das estruturas remuneratórias contribuem para tornar os cargos mais atrativos, ampliando a capacidade do Estado de atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, o que tem reflexos positivos na gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal”, escreveu Jaques em seu parecer.



Impactos da Reforma Tributária na Economia e na Segurança Pública

O **Correio Braziliense** promoverá evento com a participação de integrantes do governo federal, do **Congresso Nacional** e especialistas que debaterão a importância de uma regulamentação que ajude a frear o mercado ilegal e, consequentemente, o crime organizado.

Mediadores:



Vicente Nunes
Correspondente do Correio Braziliense em Portugal



Denise Rothenburg
Colunista de Políticas do Correio Braziliense

05 de junho
a partir das 09h30

Assista o evento online com transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio Braziliense



Leia o QR CODE e saiba mais sobre o evento



Apoio:



Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade

Realização:



www.CORREIOBRAZILIENSE.com.br

